



HOTELARIA

Infraestrutura ameaça a COP30

Poucas opções de hospedagem e valores abusivos preocupam delegações e mobilizam o governo

» MAYARA SOUTO

Divulgação/Vila Galé



Hotel Vila Galé está reformando três antigos armazéns do Porto Futuro II, em frente ao Parque da Cidade, onde ocorrerá a Cúpula

Escolhida por estar situada na Amazônia, Belém, no Pará, vai sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) e enfrenta grande desafio: abrigar cerca de 50 mil pessoas. Denúncias de hospedagens por mais de R\$ 1 milhão para datas próximas ao evento, que acontece entre 10 e 21 de novembro, movimentam ações nas três esferas do poder público, que atuam em conjunto.

“Não há nenhum segredo sobre os valores abusivos que estão tendo nas diárias”, declarou o secretário extraordinário da COP 30, Valter Correia, em conversa com jornalistas na última quinta-feira. “A gente está tentando sensibilizar toda a rede hoteleira, estamos fazendo vários diálogos, fazendo conversas. Pretendemos intensificar um pouco mais isso enquanto Estado para poder alertar, inclusive, sobre o problema da abusividade desse tipo de oferta que está sendo feita. Acho que a gente vai chegar a um termo razoável”, afirmou.

A Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, pediu, em janeiro, ao Ministério Público do Pará investigar o setor hoteleiro pela alta dos preços. A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará (ABIH-PA) estima que existam cerca de 18 mil leitos disponíveis atualmente na capital paranaense — menos da metade do necessário — o que gera receio por parte das comitativas dos mais de 193 países que participam das negociações da COP.

Correia confirma que a principal preocupação das embaixadas é com o local para ficar, mas acredita ser “desnecessário”. Para ele, algumas medidas adotadas podem resolver a questão. Uma delas será antecipar a reunião de chefes de Estado para antes do início da conferência. Ainda não há uma data cravada, segundo o secretário, mas deve ser entre 5 e 8 de novembro.

“Estatisticamente, falando sobre as outras COPs, quando é feita a Cúpula [de líderes] junto com as negociações oficiais, tem um pico em torno de 33 a 34 mil pessoas no local. Quando você se separa, isso cai para 12



Nós não podemos criar 100 novos hotéis de repente. Nós estamos criando hotéis possíveis em áreas possíveis. Não dá para transformar Belém em uma Baku em um ano”

Valter Correia, secretário extraordinário da COP30

mil pessoas no pico. Então, diminuí sensivelmente essa pressão na rede hoteleira”, explicou o secretário.

Geopolítica

Correia explicou que está pedindo também, em reuniões com embaixadas, certo “bom senso”

de quem vem ao Brasil. “Nós não temos nenhuma orientação em relação a isso. É óbvio que eu sempre falo com as embaixadas de não estimular tantas pessoas para virem desnecessariamente para uma COP. Eu sei que, por exemplo, tem países que querem trazer muitos empresários, isso é muito bem-vindo. Mas tem muita gente governamental que vem para acompanhar as pessoas. Talvez isso não seja necessário”, defendeu.

No entanto, ele considera que há algumas questões de segurança que precisarão ser respeitadas. Durante o G20, em novembro do ano passado, no Rio de Janeiro, por exemplo, a delegação da China fechou um hotel inteiro só para eles, o que, no cenário de Belém, parece ser bem arriscado.

“Tem alguns protocolos para chefes de Estado que evidentemente precisam ser considerados, porque nós temos chefes de Estado que se diferenciam pela sua geopolítica no mundo”, explica.

Há, pelo menos, dois grandes hotéis cinco estrelas sendo

construídos na cidade. No entanto, Correia alerta que haverá, sim, diferenças em relação às COPs anteriores, que foram realizadas nos Emirados Árabes e no Azerbaijão.

“Nós não podemos criar 100 novos hotéis de repente. Nós estamos criando hotéis possíveis em áreas possíveis. Não dá para transformar Belém em uma Baku em um ano. Obviamente que está sendo feito um grande investimento lá que certamente vai colocar Belém e a região amazônica em uma rota maior de turismo. Mas tem um limite isso”, ressaltou.

Como alternativa, os governos estão investindo em qualificar pessoas e condomínios para ampliar a oferta de vagas em propriedades privadas. Ao **Correio**, as plataformas de aluguel de imóveis Booking e Airbnb afirmaram que estão realizando ações em parceria com o governo do Pará a fim de “contribuir para a organização local da COP”.

O Booking, por exemplo, está realizando workshops para pessoas que oferecem acomodação

de apartamentos e casas por temporada. Já o Airbnb tenta promover as atrações turísticas na região, por meio de uma página, para incentivar que as pessoas anunciem seus imóveis como hospedagem para a COP. Segundo a plataforma, no primeiro ano dessa ação, o número de leitos disponíveis na plataforma saltou 54% e chegou a 5.210.

O governo federal também deve lançar em março uma plataforma de reserva de acomodação. “Tem muita gente que não está oferecendo [imóveis] ainda, até porque eles esperam a plataforma oficial do governo e da ONU porque eles têm mais segurança. Estou falando, em especial, de imóveis privados, porque eles têm muito receio de oferecer para pessoas estranhas”, comentou Correia.

Dois navios também serão ofertados como acomodação, com 4.500 lugares. Segundo o governo, eles serão disponibilizados apenas para quem estiver credenciado no evento e as delegações oficiais.

AVIAÇÃO

Avião colide com pássaro e retorna para Brasília

» VANILSON OLIVEIRA

Um avião da Gol Linhas Aéreas, que partiu ontem de Brasília com destino ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, precisou retornar ao terminal aéreo após colidir com um pássaro durante o trajeto. A aeronave, que decolou às 9h10, pousou com segurança às 9h53 para inspeção, e ninguém ficou ferido.

Em nota, a Gol garantiu que não houve risco aos passageiros e que o pouso ocorreu dentro dos padrões de segurança. “A GOL informa que a aeronave que realizava o voo G3 1445 (BSB-CGH), com decolagem às 09h10 deste domingo (23/02), precisou retornar ao aeroporto de Brasília após a tripulação identificar um bird strike (colisão com pássaro). O pouso ocorreu em total segurança às 09h53 e a aeronave foi para inspeção”, declarou a aérea.

De acordo com a companhia, os passageiros foram realocados para outra aeronave, que estava programada para decolar às 11h55, além de outras opções de voos disponíveis. “A Companhia reforça que todas as ações referentes a esse voo foram tomadas com foco na Segurança, valor número 1 da Gol”.

A Inframerica, concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Brasília, também confirmou que o episódio não comprometeu a operação do terminal. “A Inframerica informa que um voo que partiu nesta manhã do Aeroporto de Brasília com destino a Congonhas, em São Paulo, retornou ao terminal aéreo cerca de 30 minutos após a decolagem. A aeronave pousou em total segurança”, disse o comunicador oficial.

Esse é o segundo caso recente; na última quinta-feira, um Airbus A320 da Latam Airlines atingiu um pássaro durante a decolagem, no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, destruindo o “bico” da aeronave, que também precisou retornar para o local de partida.

O impacto foi registrado quando o avião sobrevoava a região de Xerém, na Baixada Fluminense, e causou um grande dano no bico do Airbus A321-231, forçando o piloto a interromper a viagem. O voo durou apenas 14 minutos, com decolagem às 10h50 e aterrissagem às 11h04.

O RIOgaleão, responsável pela administração do aeroporto, informou que o choque ocorreu em uma altitude considerada fora da zona de risco e que os dados do incidente foram encaminhados para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e para o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

“A colisão foi registrada a uma altitude classificada como colisão fora do sítio aeroportuário de acordo com o Plano de Gerenciamento do Risco da Fauna da concessionária, aprovado pela ANAC”, informou a companhia.

Os casos, conhecidos como bird strike (colisão com pássaros), são comuns na aviação. No ano passado, em todo o país, foram registradas 2.145 colisões pela aviação comercial no entorno dos aeroportos, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeare). O índice representa uma média de 12,4 colisões a cada 10 mil pousos e decolagens. Um aumento pequeno em relação a 2023 (2.057).

JUSTIÇA

Maria da Penha para casais homoafetivos

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na última semana, por unanimidade, que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que prevê medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica, também poderá ser aplicada a casais homoafetivos, assim como a mulheres transsexuais. O caso foi julgado a partir de uma ação movida pela Associação Brasileira de Famílias HomoTransAfetivas (ABRAFH), que apontou lacunas na legislação.

O relator da decisão, ministro Alexandre de Moraes, destacou em seu voto o § 8º do artigo 226 da Constituição, que prevê que o Estado deve prevenir e coibir a violência doméstica contra todas as pessoas que integram a família. Assim, essa ordem impõe ao Congresso Nacional a proteção também de homens em relações homoafetivas contra a violência

doméstica praticada por parceiros do mesmo gênero.

Moraes ressaltou que a Lei Maria da Penha deve ser estendida e ampliada na proteção de casais homoafetivos que também sofrem algum tipo de violência doméstica. “Considerando que a Lei Maria da Penha foi editada para proteger a mulher contra violência doméstica, a partir da compreensão de subordinação cultural da mulher na sociedade, é possível estender a incidência da norma aos casais homoafetivos do sexo masculino, se estiverem presentes fatores contextuais que insiram o homem vítima da violência na posição de subalternidade dentro da relação”, pontuou.

Os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça e Edson Fachin acompanharam o voto do relator, mas fizeram a

ressalva de que apenas as medidas protetivas da Lei Maria da Penha devem ser aplicadas a casais homoafetivos formados por homens, não sendo estendidos por analogia os agravamentos de penas e punições previstas na lei como um todo.

O diretor-presidente da ABRAFH e da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis, celebrou a decisão como um marco na proteção da comunidade LGBTI+. Afirmou, mais uma vez, a omissão do Legislativo na nossa proteção eficiente, que não somos cidadãs e cidadãos de segunda classe e merecemos igual proteção das leis. Trata-se de mais um avanço importante para a cidadania da comunidade LGBTI+, disse. (VO)

Arquivo Pessoal



Toni Reis celebra decisão como marco na proteção da comunidade